CONTRATO ADMINISTRATIVO № 496/2023-FMS/PMM QUE ENTRE SI FAZEM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARABÁ E A BRIUTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

O Município de Marabá, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **Fundo** Municipal de Saúde- FMS, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o N° 18.478.187/0001-07, com sede administrativa à Rodovia Transamazônica, s/nº, Agropolis do Incra, Bairro Amapá, CEP: 68.502-290, representada por sua Secretária Municipal Sr^a. **Mônica Borchart Nicolau**, brasileira, portadora da carteira de identidade nº 8040960-5 e CPF nº 036.413.189-63, domiciliada e residente nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa BRIUTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.890.752/0001-75, Inscrição Estadual nº 15.186.467-5, com sede na Tv. Magno de Araújo nº 473-A, Bairro Telégrafo, Belém-Pará, CEP 66.113-055, Tel (91) 3349-9917/9918, E-mail: briute@briute.com.br e marcoantonio@briute.com, , doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Igor Pereira Carneiro Age, portador do registro nº 3346438 e do CPF nº 730.534.902-00, residente e domiciliado na Rodovia Augusto Montenegro, 4900, Cond. Montenegro Boulevard, Casa 75, Parque verde, Belém/PA, tendo como respaldo o resultado final da Adesão nº023/2023 do Processo Administrativo nº 17.763/2022-PMM, autuado na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) Nº 026/SESPA/2022, que gerou a Ata de Registro de **Preços nº** 080/2022, têm entre si justo e contratado o objeto, conforme descrito no ANEXO II - OBJETO, do edital, nos termos da proposta da **CONTRATADA**, feita na sessão da referida LICITAÇÃO, o qual passa a ser parte integrante deste e mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas, do inteiro conhecimento das partes contratantes, que aceitam e se obrigam a cumprir integralmente:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 Aquisição de bolsas coletoras e adjuvantes de proteção e segurança para estomizados, para atender a Secretária Municipal de Saúde de Marabá – SMS e unidades vinculadas.

<u>CLÁUSULA SEGUNDA</u>: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 São obrigações da contratada:

- 2.1.1. Colocar à disposição os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Anexo I;
- 2.1.2. Declarar, detalhadamente, a garantia dos produtos cotados, contado a partir da data dorecebimento definitivo, indicando, inclusive:
 - 2.1.2.1- Prazo para sanar os óbices, compreendendo reparos e substituições dos produtos, obrigando-se a reposição em perfeito estado de uso, que será no máximo de 48 (quarenta

- e oito) horas corridas, contadas a partir da solicitação efetuada;
- 2.1.2.2- Disponibilização e fornecimento de todos os materiais necessários ao saneamento dos óbices ocorridos;
- 2.1.3. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos produtos, em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 2.1.4. Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante, e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e especificações;
- 2.1.5. Fornecer todos os certificados e declarações exigidas pelo Ministério da Saúde e ANVISA,referentes a cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo, no que couber;
- 2.1.6. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) produto(s), objeto da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor;
- 2.1.7. Utilizar, durante as garantias, somente materiais que tenham padrões de qualidade iguais ou superiores aos materiais utilizados na fabricação dos produtos;
- 2.1.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigaçõesassumidas, inclusive aquelas com deslocamentos, enquanto perdurar a vigência da garantia oferecidapela contratada ou fabricante, a que for maior, e ainda, com a disponibilização de material dereposição no mercado nacional por prazo não inferior a 18 (dezoito) meses contados da entrega domaterial;
- 2.1.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, durante a vigência dagarantia.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 Secretaria Municipal de Saúde de Marabá/PA:

- 3.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital.
- 3.1.2. Rejeitar os produtos cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes do Anexo I do Termo de Referência constante do processo 2021/1235806;
- 3.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 3.1.4. Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo a serem recebidos;
- 3.1.5. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 3.1.6. Assegurar aos técnicos da contratada o acesso para reparos e/ou substituições durante a



- garantia, respeitadas as normas de segurança interna do contratante;
- 3.1.7. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;
- 3.1.8. Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos produtos que compõem o objeto deste termo.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

4.1 A execução da aquisição observará ao seguinte:

- 4.2. A empresa providenciará a entrega dos materiais licitados de acordo com as solicitações a serem providenciados pelo órgão licitante. A contratada terá um prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da solicitação para efetivar a entrega, quando então apresentará a nota fiscal correspondente que, depois de conferida e atestada, será paga até 30 dias após sua apresentação.
- 4.3. Endereço de entrega: em dias úteis no horário de expediente de 08h00 às 17h00, no endereço Folha 32, Quadra 05, Lote 20, NOVA MARABÁ, município de Marabá-Pará, mediante requisição do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Marabá.

CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Os materiais deverão ter garantia de validade mínima de 18 (dezoito) meses, a partir da data do recebimento definitivo, sem ônus adicional para o contratante;
- 5.2. A garantia deverá ser prestada de acordo com as normas técnicas específicas do fabricante e legislação vigente, através do respectivo Termo de garantia do fabricante, com a finalidade de manter os produtos em perfeitas condições de uso;
- 5.3. Entende-se por garantia, para os fins a que se destina este Termo de Referência, aquela destinada a remover falhas ou quaisquer defeitos de fabricação apresentados pelos produtos, compreendendo substituições dos materiais e demais correções necessárias.
- 5.4. Os produtos deverão obedecer às normas divulgadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com as edições mais recentes, de acordo com o exigido nas especificações técnicas do Anexo I do Termo de Referência constante no processo nº 2021/1235806.
- 5.5. Os prazos para solução de garantia dos produtos deverão ter início a partir da data do recebimento definitivo, sem ônus adicional para o contratante;
- 5.6. O prazo para implementação da garantia compreende as substituições dos produtos, ajustes e demais correções necessárias.
- 5.7. Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, obrigando-se a contratada a atendê-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso de substituição do material, deverão fazê-lo por outro de igual especificação, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais.

- 5.8. Não serão aceitos materiais diferentes dos especificados no Termo de Referência constante do processo 2021/1235806, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança (para aqueles produtos que houver) rompidos.
- 5.9. Caso, durante o prazo de garantia, sejam constatados quaisquer defeitos ou divergências nas características dos produtos, o Contratante, comunicará o fato, por escrito, ao Contratado, sendo de até 48 (quarenta e oito) horas corridas o prazo para correção dos defeitos e/ou troca do material, contadas a partir da solicitação efetuada, sem qualquer ônus à Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS

Constituem igualmente obrigações do contratado:

- 6.1 O valor do presente Contrato é de **R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais)**, estando nele incluídos todos os impostos, fretes e demais encargos incidentes, considerando os preços relacionados na planilha abaixo, os quais foram cotados na Proposta de Preços da Contratada.
- 6.2 Itens descritos conforme o Termo de Referência.

Item	Especificação	Unid.	Qtde. SESPA + Órgão Participant e	Valor Unit.	Valor Total.	QUANTIDADE A ADERIR= 50%	Valor Unit.	VALOR TOTAL
31	Bolsa de colostomia adulto, sistema uma peça, drenável, plástico antiodor, opaca, com filtro de carvão ativado, resina sintética sem adesivo microporoso, recortável de 10-76 mm, sistema de fechamento envelope.	Unidade	14.000	R\$ 45,00	R\$ 630.000,00	7000	R\$ 45,00	R\$ 315.000,00

O valor global da Ata de Registro de Preços é		
de R\$ 22.178.015,60 (Vinte e dois	VALOR TOTAL A	R\$
milhões, cento e setenta e oito mil, quinze	ADERIR	315.000,00
reais, sessenta centavos).		

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 As despesas com o pagamento do objeto serão pagas com recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, oriundos do Erário Municipal e/ou Federal, com uso das Dotações Orçamentárias:
- 7.1.1. Dotação Orçamentária: 10 301 0012 2.047 Progama Atenção Básica de Saúde PAB.
- 7.1.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será creditado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo, em favor do Contratado por meio de ordem bancária em conta corrente, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/ fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 8.2. Será procedida consulta antes do pagamento a ser efetuado à contratada, para verificação da situação da mesma, relativamente às condições de habilitação exigidas no Pregão, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.
- 8.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão contratante em favor da contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 8.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

<u>CLÁUSULA NONA</u>: DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Fica designada para cumprir as atribuições de representar a SMS no acompanhamento do procedimento administrativo, fiscalização e execução de contratos advindo do processo em epigrafe ou outros servidores designados para esse fim, nos termos do Art. n.º 67 da Lei n.º 8.666/98, de acordo com as especificações expressas no Edital e em seus anexos a servidora indicada abaixo:

Maria Isabella Rodrigues de Oliveira – Coordenador Ad.Almoxarifado;

Zenaide de Morais Fernandes - Coordenador III;

Victor da Silva de Oliveira - Coordenador I.

9.2 A presença da fiscalização do Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;



CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parte alguma deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

0 presente contrato terá sua duração diretamente vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários, conforme disposto no caput do artigo 57, da Lei Nº 8.666/93, até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

- 12.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa adjudicatária àssanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
 - 12.1.1 Advertência, que deverá ser aplicada através de portaria publicada no DOE, observando- se o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa previsto no art. 5º, LV da CF; 12.1.2.

Multa de:

- a) 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- b) 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitado ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
- c) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total; e de até 10% (dez por cento), em casos de descumprimento parcial do contrato, calculado de forma proporcional ao inadimplemento e aos prejuízos dele advindos;
- 12.2 No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a noventa dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;
- 12.3 A multa, aplicada após regular Processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela contratante, ou, ainda quando for o caso, cobrada iudicialmente:
- 12.4 As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso nocumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de dez dias e aceito pela contratante;
- 12.5 Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as seguintes sanções:
 - 12.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar

com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

- 12.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 12.6 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a contratada deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.
- 12.7 A multa aplicada após regular Processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.
- 12.8 O termo inicial para a incidência de qualquer das penalidades estipuladas será a data fixada para o adimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Da penalidade aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

- 14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 14.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.3 A rescisão administrativa ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 14.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 14.5 Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.
- 14.6 A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

15.1 A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-selhes,



supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54 da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Inciso XII do Artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

16.1 O Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado (DOE), no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

- 17.1 As partes signatárias elegem, com exclusão de qualquer outro, o Foro da Comarca de Marabá, estado do Pará, para a solução de controvérsias ou litígios decorrentes deste CONTRATO..
- 17.2. E por estarem justos e contratados, firmam este instrumento contratual, que vai assinado eletronicamente por meio de Certificado Digital (Assinatura Eletrônica), usando o e-CPF do contratante e o e-CNPJ do contratado (Resolução nº 11.535 e Resolução nº 11.536/TCM, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 18.1 Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, sob pena de ser recusado o seu recebimento. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, alimentos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações descritas na Proposta de Preços;
- 18.2 As despesas com o frete, transporte, e demais custos advindos da entrega do objeto nos locais indicados por representantes da **Secretaria Municipal de Saúde de Marabá/PA**, correrão por conta da contratada;
- 18.3 Os produtos fornecidos deverão observar rigorosamente a legislação sanitária e as normas regulamentares de higiene e qualidade;
- 18.4 Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO INSTRUMENTO

19.1 O presente instrumento não poderá ser, no todo ou em parte, objeto de cessão ou transferência.

Marabá (PA), 19 de junho de 2023.

MÔNICA BORCHART NICOLAU Secretária Municipal de Saúde CONTRATANTE BRIUTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ nº 00.890.752/0001-75
CONTRATADO